

QUAIS SERÃO LIBERTOS? INVESTIGANDO POSSÍVEIS ASSOCIAÇÕES ENTRE A NATUREZA DO CRIME E AS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PELO DEFERIMENTO DE HABEAS CORPUS

WHICH WILL BE RELEASED? INVESTIGATING
POSSIBLE ASSOCIATIONS BETWEEN THE NATURE OF
THE CRIME AND THE DECISIONS OF THE SUPERIOR
COURT OF JUSTICE FOR THE GRANT OF HABEAS
CORPUS

¿CUÁLES SERÁN LIBERADOS? INVESTIGANDO POSIBLES
ASOCIACIONES ENTRE LA NATURALEZA DEL DELITO Y
LAS DECISIONES DEL TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTICIA
QUE SE CONCEDEN HABEAS CORPUS

SUMÁRIO:

1. Introdução; 2. O *habeas corpus* como instrumento de obtenção da liberdade: a não concessão do *writ* e a seletividade penal; 3. Metodologia aplicada; 4. Análise dos resultados – a seletividade reflete no poder judiciário?; 5. Conclusões; Referências.

RESUMO:

O *habeas corpus* (HC) é um remédio constitucional que tutela a liberdade de locomoção de qualquer indivíduo, sempre que se encontrar com a sua liberdade ameaçada, direta ou indiretamente. O contexto marcante da seletividade existente em todos os processos de criminalização (primário, secundário e

Como citar este artigo:

PONTES, Victor;
GOMES NETO, José.
Quais serão libertos?
Investigando possíveis
associações entre a
natureza do crime e as
decisões do Supremo
Tribunal de Justiça
pelo deferimento
de *habeas corpus*.
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 155-171

Data da submissão:

31/03/2022

Data da aprovação:

24/08/2023

1. Universidade Católica
de Pernambuco - Brasil
2. Universidade Católica
de Pernambuco - Brasil

terciário) evidencia o reduzido número de *habeas corpus* concedidos no âmbito dos tribunais, sobretudo quando envolve crimes como tráfico ilícito de entorpecentes e crimes patrimoniais. Pretende-se traçar o perfil empírico do comportamento judicial no Superior Tribunal de Justiça por meio da análise dos *habeas corpus*, bem como analisar a presença da seletividade. Para realizar este objeto, houve avaliação quantitativa do total das impetrações catalogadas no âmbito do STJ. Buscou-se compreender a seletividade no julgamento dos HCs realizados no Superior Tribunal de Justiça, especificando a natureza do crime que motivam uma tendência no processo decisório e os fatores que permitem a seletividade na Corte Superior. Verificou-se que há uma tendência clara de conceder *habeas corpus* que envolvem crimes contra a administração pública em detrimento de *habeas corpus* que versam sobre tráfico de entorpecentes, evidenciando a existência de seletividade.

ABSTRACT:

Habeas corpus (HC) is a constitutional remedy that protects the freedom of movement of any individual, whenever their freedom is threatened, directly or indirectly. The marked context of selectivity in all criminalization processes (primary, secondary and tertiary) shows the small number of habeas corpus granted within the scope of the courts, especially when it involves crimes such as illicit traffic in narcotics and property crimes. It is intended to outline the empirical profile of judicial behavior in the Superior Court of Justice through the analysis of habeas corpus, as well as to analyze the presence of selectivity. In order to realize this object, there was a quantitative assessment of the total impetations cataloged within the scope of the STJ. We sought to understand the selectivity in the judgment of HCs held in the Superior Court of Justice, specifying the nature of the crime that motivate a tendency in the decision-making process and the factors that allow selectivity in the Superior Court. It was found that there is a clear tendency to grant habeas corpus that involve crimes against the public administration to the detriment of habeas corpus that deal with drug trafficking, showing the existence of selectivity.

RESUMEN:

El hábeas corpus (HC) es un recurso constitucional que protege la

libertad de circulación de cualquier individuo, siempre que su libertad se vea amenazada, directa o indirectamente. El notable contexto de selectividad existente en todos los procesos de tipificación (primaria, secundaria y terciaria) muestra el reducido número de *habeas corpus* otorgados en los tribunales, especialmente cuando se trata de delitos como el tráfico ilícito de drogas y los delitos contra la propiedad. Se pretende trazar el perfil empírico de la conducta judicial en el Tribunal Superior de Justicia a través del análisis del *habeas corpus*, así como analizar la presencia de selectividad. Para cumplir este objeto, se realizó una evaluación cuantitativa del total de expedientes catalogados en el ámbito del STJ. Buscamos comprender la selectividad en el juicio de los TS realizados en el Tribunal Superior de Justicia, precisando la naturaleza del delito que motiva una tendencia en el proceso de toma de decisiones y los factores que permiten la selectividad en el Tribunal Superior. Se encontró que existe una clara tendencia a otorgar *habeas corpus* que involucran delitos contra la administración pública en detrimento de los *habeas corpus* que versan sobre narcotráfico, evidenciándose la existencia de selectividad.

PALAVRAS-CHAVE:

Superior Tribunal de Justiça; Comportamento judicial; Seletividade penal; Pesquisa empírica; *Habeas corpus*

KEYWORDS:

Superior Justice Tribunal; judicial behavior; criminal selectivity; empirical research; *Habeas corpus*.

PALABRAS CLAVE:

Tribunal Superior de Justicia; Conducta judicial; Selectividad penal; Investigación empírica; *Hábeas corpus*

1. INTRODUÇÃO

As cortes julgam os *habeas corpus* de maneira igualitária a todos os impetrantes, independentemente da natureza do crime ou da raça ou classe social do indivíduo? As chances de concessão de um *habeas corpus* são as mesmas, objetivamente, independentemente das variáveis que circun-

dam o julgamento?

Antes de tentar responder a estas perguntas, é importante consignar que desde a sua obra sobre violência e globalização, Vera Regina Pereira de Andrade (2003, p. 41) já afirmava que a repressão penal não recai sobre os criminosos, já que esse é um *status* imposto a determinados indivíduos mediante um processo seletivo que estigmatiza e, por isto, seria mais adequado observar a repressão penal do ponto de vista do processo de criminalização.

O pressuposto inicial é de que a aplicação da lei penal é seletiva. O sistema de justiça criminal revela que a lei penal (violência) recai majoritariamente a determinados indivíduos e grupos que recebem o estigma de “antissociais”, isto é, aqueles que não são consumidores e não possuem poder de compra, do ponto de vista de uma sociedade neoliberal e consumista, como a brasileira. Logo, a pena é uma justificação estatal para afastar esses grupos e indivíduos do convíviosocial, sem que haja um questionamento moderno acerca desta modalidade de sanção.

A seletividade e desigualdade na aplicação da lei penal também podem ser explicadas a partir da insuficiência estrutural das agências de criminalização, que não conseguem apurar e reprimir todos os delitos e, por este motivo, teriam que escolher quem punir. O Judiciário, portanto, considerado como uma agência de criminalização secundária – isto, é, a sua posição de atuação estatal diante dos crimes que são identificados – também são tidos pela literatura das *Criminologias*, como importantes fomentadores da política seletiva, já que tendem a reprimir mais indivíduos que cometem determinados tipos de crimes, enquanto outros que também cometem crimes e não são “etiquetados” (ZACCONE, 2004), não recebem a punição ou não a recebem com a mesma severidade.

Para compreender este importante mecanismo de seletividade que exerce o Poder Judiciário, é importante observar estas hipóteses e premissas explicativas do comportamento judicial trazidas pela literatura, seja o julgador mais “punitivista” ou “garantista” (utilizando a nomenclatura comumente atribuída, a grosso modo, àqueles que preocupam-se em aplicar a lei penal à luz dos direitos e garantias previstos na Constituição).

A presente pesquisa parte da hipótese de que alguns fatores externos e estranhos ao mérito da discussão enfrentada em um recurso ou mesmo no processo judicial influenciam no comportamento dos atores judiciais

diante da decisão de conceder a liberdade ou manter preso um indivíduo que sofre uma acusação formal em seu desfavor na seara penal.

Uma das importantes variáveis que tendem a influenciar os julgadores, com base no modelo legalista (*legal model*) de comportamento judicial (que testa se variáveis de natureza estritamente jurídica estariam associadas à variação no comportamento decisório), é a que diz respeito à natureza do crime pelo qual o réu está sendo acusado no processo penal, em observância, sobretudo, ao bem jurídico tutelado por cada espécie de delito imputado ao réu. Para avaliar com precisão a influência da variável “natureza do crime” no comportamento dos julgadores, o *habeas corpus* se torna um instrumento passível de medir a existência (ou não) de seletividade no julgamento dos processos penais, sobretudo no que diz respeito à liberdade do acusado no curso do processo.

A concessão ou a não concessão de *habeas corpus*, ainda que não tratem da liberdade do paciente diretamente, explicam a tendência em dar um tratamento mais ou menos favorável a determinados tipos de crimes, justamente sendo capaz de demonstrar uma seletividade dos julgadores, em utilizar-se de questões objetivas, para definir o resultado do *writ*. No Brasil, esta análise se torna mais precisa no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma vez que é a Corte máxima para julgar questões infraconstitucionais e que, por estarem um grau imediatamente acima dos tribunais, tendem a receber mais frequentemente as impetrações.

Neste panorama, a literatura da América Latina acerca do estudo da seletividade penal dos processos de criminalização, estabelece os pressupostos teóricos destes conceitos, que até já passaram por análise de dados em outras pesquisas acerca da prática decisória nos tribunais brasileiros. Inexiste, entretanto, uma pesquisa que não seja meramente descritiva acerca dos dados que refletem a concessão ou não de *habeas corpus* nos tribunais superiores. Este artigo pretende inovar, a partir da análise ampla e amostral da variável “natureza do crime” e a sua influência na tendência do STJ em conceder ou não a ordem do *Habeas Corpus*.

Portanto, a pesquisa se utiliza da metodologia empírica, em análise descritiva do conteúdo das decisões prolatadas pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça, posteriormente submetidas à regressão logística, para verificar a (in)existência de seletividade no comportamento judicial, no âmbito do julgamento dos *habeas corpus* que são impetrados àquela

Corte Superior de Justiça.

2. O *HABEAS CORPUS* COMO INSTRUMENTO DE OBTENÇÃO DA LIBERDADE: A NÃO CONCESSÃO DO WRIT E A SELETIVIDADE PENAL

O *habeas corpus*, como o instrumento principal para se combater prisões cautelares, visto como a mais memorável contenda jurídica constitucional do Brasil (ROSA MIRANDA, 1982), se apresenta como o principal meio de soltura dos agentes que são escolhidos pelo sistema penal, de modo que a sua utilização é vasta em todos os âmbitos e instâncias judiciais. Diante de todo este processo de seletividade dos indivíduos que sofrem a tutela penal, estes também sofrem uma nova repressão, a partir de prisões preventivas que se consubstanciam em nítida antecipação de pena, antes mesmo da prolação de sentença condenatória, como formação de culpa (CRUZ, 2011).

Logo, o Poder Judiciário, para além de fazer parte do grande projeto de criminalização desses indivíduos, possui uma prerrogativa importante de mantê-los nesse estado de cerceamento deliberado pelo maior tempo possível, decretando as prisões preventivas e negando a concessão das ordens de *habeas corpus* impetrados por estes indivíduos etiquetados socialmente (BARATTA, 1994). A problemática atinente à atuação seletiva das agências criminalizantes é uma celeuma latente na sociedade contemporânea e que tem ocasionado, a partir dessa atuação eminentemente repressiva e punitiva, um abuso do poder coercitivo, o que merece ser compreendido para elucidar as consequências que o referido comportamento por parte – precipuamente – do Poder Judiciário –, tem causado à visão estigmatizante que possui a sociedade para com determinados grupos e indivíduos.

O sistema penal, em sua estrutura de funcionamento, não possui a capacidade operacional de atuar em todas as condutas desviantes da sociedade, todavia, em contraponto a essa constatação fática, é inegável que o discurso é de que o Estado possui a capacidade de punir todos os comportamentos criminosos, legitimando a perspectiva de prevenção do cometimento de novos crimes, a partir da suposta dissuasão que seria promovida pela punição do indivíduo infrator (ANDRADE, 1997).

O referido discurso de prevenção é pautado na ideologia da defe-

sa social, amplamente fomentadas pelas agências de criminalização secundária (sobretudo o Judiciário) e que rogam pelo aumento da rigidez das leis, tendências punitivistas e numa flagrante tentativa de delimitação dos indivíduos que são considerados como “cidadãos de bem” e os que são considerados como “criminosos”. Segundo o que menciona Baratta (2002), a compreensão dos processos de criminalização leva à conclusão de que não se pode defender o “Mito da igualdade do Direito Penal”, o qual assevera que o sistema trataria todos igualmente, o que não se verifica na experiênciacriminal da América Latina.

Em razão da incapacidade estrutural das agências de repressão e criminalização do sistema penal, pautadas ainda na ideologia da defesa social, atribui-se um status de “criminoso” a indivíduosselecionados, pertencentes a determinados grupos, num processo de etiquetamento social (*labelling approach*). A determinação de quais serão os grupos e indivíduos alvos da criminalização passam pelo olhar de manutenção dos interesses dos economicamente abastados em detrimentos dos mais pobres, prolongando o afastamento desses indivíduos pela maior quantidade de tempo possível.

A atuação do julgador no processo penal, frente a uma criminalização que já foi operada quando da eleição dos bens jurídicos considerados essenciais pelo legislador na construção legal (do ponto de vista penal), apresenta-se como uma continuação do processo de criminalização quando este julgador replica os conceitos estigmatizantes e etiqueta apenas os indivíduos das camadas mais pobres da sociedade. Há uma expectativa da sociedade e dos atores do sistema penal quanto à atuação do julgador no julgamento de um processo, em razão da autoridade e respeito por eles exercidas, para que profiram decisões “justas” e em respeito às circunstâncias específicas do caso concreto, julgando todo de maneira igualitária.

O ponto nevrálgico – e que conduz a hipótese principal desta pesquisa – é saber se aspectos externos às circunstâncias do caso concreto, como a natureza do crime pelo qual o impetrante está sendo processado, influencia no comportamento do julgador no que se refere à concessão ou não do *habeas corpus*, e se isto reflete a existência da suposta seletividade dos julgadores.

A partir desse aspecto, foi analisada a possível ocorrência da seletividade nos HC's, analisando quais elementos contribuem para a prática

desse fenômeno pelo Superior Tribunal de Justiça. Por meio da análise quantitativa e especificação da variável “natureza do crime”, foi possível identificar os crimes que influenciam o processo decisório dos HC’s. Foram objeto de análise todos os habeas corpus impetrados no STJ compreendidos no período de abril de 1989 (HC nº 1) a dezembro de 2019 (HC nº 555.900).

3. METODOLOGIA APLICADA

A observação de padrões relativos ao julgamento dos HCs no Superior Tribunal de Justiça englobou aspectos relacionados ao crime objeto da ação penal a que responde o paciente do *writ*, assim como outras variáveis que não estão na presente pesquisa em razão de os dados não terem sido ainda integralmente colhidos.

Para a realização da presente pesquisa, a partir da análise quantitativa, analisou-se os referidos julgamentos para buscar compreender a seletividade dos ministros do STJ ao julgar os *habeas corpus*, por meio da análise dos *writs* que foram concedidos e daqueles que não foram concedidos. A pesquisa também é de caráter exploratório e descritivo, porquanto analisa o acompanhamento processual e compreende todo o universo dos HC’s impetrados no STJ em ambiente democrático (a partir de 1989), por meio do sítio eletrônico do STJ.

Já no que se refere à hipótese de pesquisa, foi investigado a) se a natureza do crime pelo qual o impetrante está sendo processado influencia no comportamento do julgador, no que se refere à concessão ou não do *habeas corpus*; b) a intervenção punitiva das agências penais é seletiva e pune aquilo e aqueles que detêm um menor poderio econômico; c) o discurso penal republicano replicado pelas agências responsáveis pelo processo de criminalização, seleciona um inimigo do sistema e defende a sua completa neutralização; d) O Judiciário opta por neutralizar o indivíduo, negando as ordens de *habeas corpus*, quando trata de crimes que são majoritariamente cometidos pelo selecionado como “inimigo”.

Os dados que foram objeto da pesquisa foram recortados do universo total de *habeas corpus* impetrados no lapso temporal compreendido entre 1989 e 2019, que equivale ao número de 555.900 habeas corpus impetrados, tendo sido sorteado aleatoriamente 384 casos, de modo que a pesquisa possui um intervalo de confiança de 95%, e desvio padrão de 5%,

consoante padrões adotados em estatística aplicados a estudos empíricos sociais (LEVIN, 2004), o que permite sólidas inferências lógicas acerca da variação verificada na totalidade de casos que compõem o universo (GOMES et al, 2019).

Para a análise dos dados foram codificadas as variáveis relativas ao comportamento judicial, como a concessão da ordem, de modo a testar a existência – ou não - de associações entre a presença da variável e as chances de ocorrer o resultado previsto no modelo. Neste estudo, a variável dependente (Y), de natureza dicotômica ou binária (1 ou 0), representa a ocorrência (1) ou não (0) do resultado, qual seja, a concessão da ordem do *writ*.

Os referidos dados obtidos a partir da amostra aleatória foram submetidos à análise por regressão logística (*Logit*), por se tratar de ferramenta estatística adequada às situações em que a variável dependente (a concessão ou não do habeas corpus) é de natureza categórica e dicotômica (binária) e se pretenda inferir a existência de associações entre a presença de uma variável explicativa (“natureza do crime”) e as chances de ocorrer o evento descrito na variável resposta, bem como a respectiva intensidade; no caso, as chances de ocorrer, ou não, a concessão da ordem do *habeas corpus*.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS – A SELETIVIDADE REFLETE NO PODER JUDICIÁRIO?

O primeiro dado importante para relatar é que da amostra retirada de 384 (trezentos e oitenta e quatro) casos de *habeas corpus* impetrados no Superior Tribunal de Justiça – amostra representativa de todo o universo de HC's impetrados na Corte desde 1989 – verificou-se que a maior parte dos casos foi decidido pela não concessão do *writ*. De toda a amostra, apenas 34,8% dos *habeas corpus* tiveram as ordens concedidas, seja para liberar o paciente, seja para conceder qualquer outro benefício atrelado à liberdade que foi pleiteado na impetração, enquanto os outros 65,2% foram indeferidos (liminarmente ou não), ou sequer foram conhecidos (sem a concessão de ofício também, já que estes foram computados como concessão).

O referido resultado está ilustrado no gráfico nº 1 a seguir:



Gráfico 1 – Resultados dos HCs impetrados

Fonte: elaboração dos autores com base em dados originais colhidos no acompanhamento processual do sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça

Foi observado que a maioria das impetrações propostas teve seu seguimento negado – sofreu seletividade negativa – em decorrência de óbices relativos aos conhecimentos do habeas corpus, grande parte deles compreendendo a violação à sumula 691 do STF (BRASIL, 2020), que preconiza:

Súmula 691 - Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

Esse, inclusive, é um dos fatores utilizados pelo STJ para fundamentar o indeferimento das impetrações, para negar a liberdade dos pacientes.

Também foi possível verificar que o não conhecimento do *habeas corpus* e o seu posterior indeferimento evidenciam uma postura estratégica da Corte Superior de Justiça, já que muitos dos habeas corpus que foram considerados concedidos na amostra, também não foram conhecidos inicialmente, mas em razão da natureza de remédio constitucional, era concedido de ofício, apesar da ressalva quanto à impossibilidade de conhecimento do *writ*. Portanto, a compreensão é a de que o conhecimento ou não do habeas corpus é irrelevante para a escolha em conceder ou não o habeas corpus, já que até nas hipóteses de não conhecimento do *writ*,

este é muitas vezes concedido de ofício.

A partir deste dado, verificou-se a associação entre a concessão ou não concessão do habeas corpus e o crime pelo qual o paciente estava sendo processado (ou já em grau de recurso), para averiguar se havia relação significativa entre o resultado do habeas corpus e a natureza do crime. Ressalte-se que nesta amostra não foram considerados habeas corpus que pleiteavam exclusivamente benefícios da execução penal, em razão da consideração de que a natureza do crime não possui influência para a decisão dos julgadores neste caso.

Os crimes foram divididos da seguinte maneira, levando em consideração as hipóteses trazidas na literatura acerca da seletividade: a) crimes contra o patrimônio; b) crimes contra a vida;

c) crimes sexuais; d) crime de tráfico ilícito de entorpecentes; e) crimes contra a administração pública; e) outros crimes.

A comparação realizada entre a natureza do crime pelo qual o paciente do habeas corpus está sendo processado aponta um fator relevante para a explicação do que tem motivado a seletividade penal do Judiciário. Verificou-se que nos habeas corpus que tinham como matéria de plano os crimes da Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/06), na toada da hipótese central da pesquisa, tende à não concessão do habeas corpus. Isto é, na presença da variável da natureza do crime “tráfico de drogas e congêneres”, a variável dependente “concessão do habeas corpus” está associada à diminuição de chances, em aproximadamente 90%.

A tabela a seguir ilustra a situação acima:

Logistic Regression

Model summary

Model	Deviance	AIC	BIC	df	χ^2	p	McFadden R^2	Nagelkerke R^2	Tjur R^2
H ₀	494.202	496.202	500.152	383					
H ₁	494.012	498.012	505.913	382	0.190	0.663	3.841e-4	6.827e-4	0.007

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	p
(Intercept)	-0.617	0.127	0.540	-4.843	< .001
Tráfico (1)	-0.103	0.237	0.902	-0.435	0.664

Note. Concessão level '1' coded as class 1.

* $U = 555.900$ casos

** Amostra aleatória sorteada = 384 casos

*** Variável dependente: resultado

(1 = concessão; 0 = não concessão)

Fonte: elaboração dos autores com base em dados originais colhidos no acompanhamento processual do sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça.

Portanto, o que se observa é que quando o *habeas corpus* versar sobre tráfico ilícito de entorpecentes, as chances de obter um resultado positivo (de concessão), quer em razão de liberdade, quer em razão de outro benefício, caem em mais de 90% (odds ratio = 0.902).

Em contrapartida ao resultado obtido a partir da análise dos *habeas corpus* que versam sobre tráfico de entorpecentes, os *habeas corpus* que possuem como matéria de fundo crimes contra a administração pública possuem uma tendência a serem concedidos, confirmando a hipótese que o Superior Tribunal de Justiça, enquanto corte máxima infraconstitucional, dá preferência à concessão de *habeas corpus* que versam sobre crimes de “colarinho branco” (SUTHERLAND, 1949) que, em sua maioria, são cometidos por réus que não são tidos por “criminosos” e, inclusive, detêm, via de regra, maior poderio econômico.

Este dado é importante em comparação ao resultado obtido a partir da análise dos *habeas corpus* que versam sobre tráfico de entorpecentes, pelo fato de demonstrar que não é a questão de o crime ser cometido sem violência ou grave ameaça que importa para a concessão ou não do *habeas corpus*, já que o crime de tráfico também é cometido sem violência ou grave ameaça. O dado revela que há uma preferência dos ministros em manter os réus considerados “inimigos da sociedade” mais tempo presos (até mesmo cautelarmente, sem culpa formada) que os demais.

Quando presente a variável “crimes contra a administração pública” nos *habeas corpus* impetrados no Superior Tribunal de Justiça, a concessão do *habeas corpus* está associada ao aumento de chances desse resultado em 138%. Portanto, as chances de um HC que trata sobre crimes contra a administração pública ser concedido no STJ, é 138% a mais do que não ser concedido. Observe a tabela abaixo:

Logistic Regression

Model summary

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²
H ₀	494.202	496.202	500.152	383					
H ₁	493.918	497.918	505.819	382	0.284	0.594	5.744e-4	0.001	0.000

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	p
(Intercept)	-0.557	0.109	0.518	-6.009	< .001
Adm. Pública (1)	0.321	0.596	1.378	0.538	0.590

Note. Concessão level '1' coded as class 1.

* $U = 555.900$ casos

** Amostra aleatória sorteada = 384 casos

*** Variável dependente: resultado (1 = concessão; 0 = não concessão)

Fonte: elaboração dos autores com base em dados originais colhidos no acompanhamento processual do sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça.

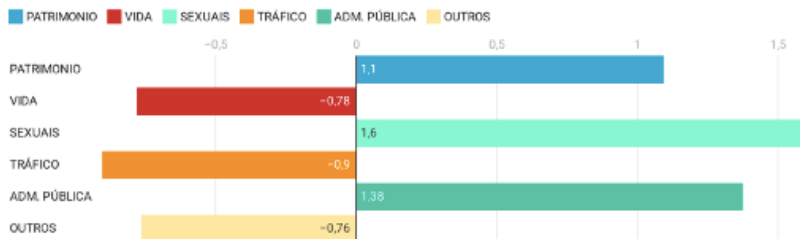
Portanto, a constatação acima, referente à comparação entre a tendência dos julgadores no julgamento de crimes de tráfico e crimes contra a administração pública, demonstra a discrepância no tratamento das duas naturezas de crime, evidenciando o tratamento seletivo dispendido àquele que é tratado como o inimigo da sociedade, atribuindo a este um tratamento diferenciado aos demais acusados. Importante trazer a consideração de Zaffaroni (2007) acerca do inimigo no direito penal latino, já que segundo a sua visão, o inimigo é aquele

Que é punido só em razão de sua condição de ente perigoso ou daninho para a sociedade, sem que seja relevante saber se a privação dos direitos mais elementares à qual é submetido, seja praticada com qualquer outro nome diferente do de pena (...)

Além da constatação acima, é importante consignar que as demais variáveis da amostra, referentes à natureza do crime, como os crimes contra o patrimônio e crimes sexuais, foram excluídas da presente pesquisa em razão de terem baixa significância estatística (p-valor). Isso pode ocorrer pelo fato de os casos envolvendo essas variáveis terem pouca variação na amostra, de modo que o resultado obtido não é razoável para demonstrar que a amostra possui reflexo em todo o universo, já que possui menor poder explicativo (inferência).

Assim, o gráfico que ilustra a comparação acima suscitada, em relação aos *habeas corpus* quanto todas às variáveis analisadas, está disposto abaixo:

LOGIT: Associação entre a natureza do crime e as chances de concessão de habeas corpus



Criado com Datawrapper

* $U = 555.900$ casos

** Amostra aleatória sorteada = 384 casos

*** Variável dependente: resultado (1 = concessão; 0 = não concessão)

Fonte: elaboração dos autores com base em dados originais colhidos no acompanhamento processual do sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça

A análise dos HCs quanto ao julgamento efetivo, com base na variáveis estabelecidas como “natureza do crime” – quais sejam, HCs envolvendo tráfico de entorpecentes e crimes contra a administração pública -, permite confirmar a existência da seletividade como característica fortemente presente na Corte.

5. CONCLUSÕES

A partir dos questionamentos formulados inicialmente, verificou-se ao longo da pesquisa quais os fatores que influenciam os Ministros do STJ a tender a indeferir habeas corpus impetrados por pacientes que estão sendo processados por crime de tráfico de drogas e não possuir a mesma tendência em relação a outras modalidades de crime.

A finalidade desta pesquisa foi a de buscar explicações, ainda que incipientes, a partir da análise empírica dos dados, para um fenômeno peculiar encontrado no Superior Tribunal de Justiça, qual seja, a tendência comportamental no julgamento de habeas corpus pela Corte. Para tan-

to, utilizou-se do modelo formal explicativo do comportamento judicial conhecido como modelo legalista, que testa, portanto, se as variáveis de natureza estritamente jurídica estariam associadas à variação no comportamento decisional nos HCs.

Os resultados obtidos a partir da análise dos dados, apontam para as seguintes conclusões: a variável legalista, referente à natureza do crime pelo qual o paciente é processado contribuiu para a ocorrência do indeferimento ou não conhecimento (sem concessão) do habeas corpus. Ademais, demonstrou-se haver tendência de concessão de alguns crimes em detrimento de outros, corroborando a crença de que há uma seletividade do judiciário no julgamento dos *habeas corpus* impetrados no STJ.

Apesar de o Superior Tribunal de Justiça ser a “Corte da Cidadania” e se colocar como ente defensor dos direitos e garantias infraconstitucionais, observa-se, a partir da presente pesquisa, que é na verdade uma corte que viola os preceitos supracitados, nada obstante ter por dever zelar por eles (em razão de previsão normativa), o que fica demonstrado, por exemplo, ao desrespeitar o tratamento igualitário no julgamento dos *habeas corpus* e dar preferência a determinados *habeas* em detrimento de outros, em consideração à natureza do crime.

Assim, a análise empírica (quantitativa) dos *habeas corpus* impetrados no STJ, demonstrou a compreensão de como a Corte age no julgamento do habeas corpus, evidenciando que não respeita o direito inerente a qualquer cidadão de ser julgado pelo fato processado, e não em razão da sua personalidade ou de qualquer outro aspecto extrínseco às circunstâncias concretas (como, unicamente, a consideração do crime processado), tornando evidente a seletividade existente no Superior Tribunal de Justiça.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003. p. 41.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal: introdução à sociologado direito penal**; tradução Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARATTA, Alessandro. **Funções instrumentais e funções simbólicas do direito penal: lineamento de uma teoria do bem jurídico**. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais nº 5. São Paulo: RT, 1994.

BATISTA, Vera Malaguti. Prefácio in **A miséria governada através do sistema penal**, Alessandro de Giorgi, Coleção Pensamento Criminológico, v. 12, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

BATISTA, Vera Malaguti. **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Súmula nº 691. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=1480>>. Acesso em: 15 out. 2020.

CALLEGARI, André Luiz. **Direito Penal do inimigo e direitos fundamentais**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 862, ago. 2017.

CRUZ, Rogério Schietti Machado. **Prisão cautelar: dramas, princípios e alternativas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GOMES, Jose Mario Wanderley; BARBOSA, Luís Felipe Andrade; VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Explicando decisões: as aplicações da análise por regressão logística (Logit) no estudo do comportamento judicial. **Direito Público**, [S.I.], v. 15, n. 82, jan. 2019.

JAKOBS, Gunther. **Direito Penal do Cidadão e Direito Penal do Inimigo**. In: JAKOBS, Gunther; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito Penal do Inimigo: Noções e Críticas**. Org. E Trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

LEVIN, Jack. **Estatística para ciências humanas**. Trad. Alfredo Alves de Farias. 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MIRANDA ROSA, F. A. **Poder, direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. SUTHERLAND, Edwin. **White-collar crimes**. Londres: Greenwood Press, 1949.

ZAFFARONI, E. Raúl. **O inimigo no Direito Penal**. 2ª Ed. Rio de Janeiro:

Editora Revan, 2007.

ZACCONE, Orlando. **O sistema penal e a seletividade punitiva no tráfico de drogas ilícitas.** In: **Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade**, ano 9, v. 14, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004

